editorial

Num contexto de crescente complexidade, a procura por melhores níveis de desenvolvimento económico e social, exige a adopção de práticas mais inovadoras (por parte dos diferentes agentes - públicos e privados), centradas no conhecimento e que acabam por se traduzir em índices superiores de produtividade e competitividade.

Esta dinâmica está reflectida nas discussões promovidas pelas instituições, destacando-se o papel central de: o empresário na criação de valor; a relevância dos modelos de inovação não lineares; a importância da cooperação e das infra-estruturas de suporte; a eficiência económica e a optimização das políticas; a sustentabilidade e a competitividade externa; e o papel das parcerias público-privado.

Num país onde progressivamente tem aumentado o número de pessoas inscritas nos Centros de Emprego e onde as expectativas de contradição deste cenário estão longe de surgir, há a necessidade de promover, junto dos desempregados ou dos jovens à procura de 1º emprego, entre outros, medidas de apoio que constituam uma alavanca para o início do empreendedorismo de cada cidadão.

As pequenas empresas são a espinha dorsal da economia nacional, constituindo uma fonte significativa de emprego e um terreno fértil para o surgimento de ideais inovadoras. Neste contexto destaca-se:

- *a criação de emprego e riqueza;*
- *a inovação/competitividade;*
- *o desenvolvimento local e regional;*
- *a estabilidade das democracias.*

Por outro lado, a importância do empreendedorismo na sociedade actual obriga igualmente a uma análise reflexiva das influências culturais no desenvolvimento socio-económico. Só deste modo se podem promover políticas dirigidas a cada cidadão orientando sempre a sua acção para a promoção do emprego e para a potenciação de uma melhor qualificação de cada um dos cidadãos investindo-se, assim, na Pessoa, na Família e nos Serviços de Qualidade.

Este boletim pretende problematizar e reflectir esta complexidade, referindo, em termos concretos boas práticas e resultados obtidos de forma particular na zona Centro de Portugal (Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu).
Os desafios são imensos, os estrangulamentos e as oportunidades também. Interessa aqui reflectir com o passado e apostar em novas práticas políticas mais ambiciosas e também elas mais inovadoras, reforçando a partilha público-privado de responsabilidades e a assunção de opções e estratégias. O acompanhamento e avaliação destas novas práticas inovadoras do empreendedorismo exige-se num quadro de aperfeiçoamento mas também de crescente competitividade junto dos diversos stakeholders.

Manuel Antunes Correia
Coordenador do Núcleo Distrital de Castelo Branco

Ficha Técnica

Propriedade

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto
Tel. 225 420 800 - Fax 225 403 250
E-mail: geral@reapn.org • www.reapn.org

Cordenação editorial

Núcleo Regional do Centro
(Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém, Viseu)
Gabinete de Informação

Design, Paginação e Impressão
José Fernando Sousa, Lda.

Periodicidade
Quadrimestral

Tiragem
1.500 exemplares

Depósito Legal
247626/06

Distribuição
Gratuita

Políticas de Emprego em Itinerários Qualificantes

É sabido que os programas e medidas de emprego não se substituem à economia e à educação, enquanto meios para combater o desemprego, promover o desenvolvimento e a coesão social. Apesar disso, será redutora a sua visão como mero instrumento paliativo de situações precárias, habitando um espaço onde as soluções facilmente se transformam em adornos de várias outras insuficiências. Ao contrário, uma perspectiva estratégica, suficientemente articulada com as empresas e as mais diversas realidades sociais, poderá constituir a política de emprego como um direito dos cidadãos, favorecendo a adaptabilidade, a integração, a relação global com a sociedade.

Nos últimos anos, mais concretamente a partir de 1996, merece destaque o conjunto de medidas agregadas na Resolução do Conselho de Ministros nº 104/96, de 9 de Julho, que institui o Mercado Social de Emprego. Lembremos que o seu objectivo é o combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social, promovendo a inclusão de pessoas nessa situação em actividades relacionadas com necessidades sociais não satisfeitas pelo normal funcionamento do mercado. De entre o seu conjunto de soluções, destacam-se:

- As actividades ocupacionais, promovidas por entidades sem fins lucrativos, e destinadas a desempregados subsidiados e a pessoas desempregadas em situação de carência económica;

- As Empresas de Inserção, estruturas sem fins lucrativos dotadas de autonomia administrativa e financeira, que têm por fim a reinserção sócio profissional de desempregados de longa duração e outras pessoas consideradas desfavorecidas em termos de acesso ao mercado de trabalho;

- O Regime de Emprego Protegido, destinado a pessoas com deficiência, onde se estabelece condições particulares para o aumento da sua empregabilidade.

Ao longo do seu período de vigência, estes programas foram desenvolvidos mais intensamente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, em parceria com diversas entidades públicas e privadas. Tendo-se verificado a inserção de milhares de pessoas, o final das acções acarretou consequências diversas no que respeita à resolução dos seus problemas sociais e de emprego. Na sua vertente mais positiva, constituíram oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de competências, resultando muitas vezes em empregos perenes. Uma digressão, ainda que breve, por entidades sem fins lucrativos de cariz variado, revelar-nos-á que muitos dos seus trabalhadores iniciaram o contacto com a instituição em actividades ocupacionais. Contudo, é inegável que esta situação não constitui uma generalidade, e que para outros a experiência não terá sido tão positiva. Vários estudos

têm revelado aspectos que constituem constrangimentos: o dispositivo interno das medidas, que carecem de aperfeiçoamentos para melhor servirem as necessidades; as qualificações profissionais e sociais inadequadas; as dificuldades de adaptação às exigências dos empregadores; a falta de acompanhamento adequado e a inexistência de suporte social por parte da comunidade.

No conjunto, resulta que se o Mercado Social de Emprego se tem revelado um instrumento eficaz de activação, não constitui necessariamente a melhor resposta para todas as situações de desemprego e de exclusão, sendo certo ainda que as entidades sem fins lucrativos não têm obviamente uma capacidade ilimitada de absorção de trabalhadores, que as diversas parcerias instituídas carecem por vezes de eficácia, e que os instrumentos de observação das dinâmicas locais de emprego são insuficientes.

Para ultrapassar tais dilemas, importa que as acções estejam conscientemente embebidas do seu sujeito, do conjunto das soluções existentes e ainda da execução de objectivos, sancionáveis por um trabalho de avaliação. O combate ao desemprego, à exclusão e à pobreza, não pode deixar de ter em conta alguns indicadores, por exemplo, de que apenas cerca de 20% da população adulta completou o ensino secundário, e que cerca de 2.500.000 activos não completaram a escolaridade obrigatória. No que respeita ao desemprego registado nos Centros de Emprego, predominam pessoas com escolaridade até ao 3º ano do ensino básico e com baixas qualificações; acresce com especial importância a existência de um número considerável de adultos que perderam o seu emprego no contexto de processos de deslocalização e reestruturação de empresas e cujas competências profissionais estão associadas por vezes a um único contexto de trabalho; acrescem ainda os jovens que, antes ou após completarem o 9º ano de escolaridade, continuam a abandonar o sistema de ensino sem qualificações, sendo que a ausência de uma resposta decidida no sentido da sua qualificação amplia a possibilidade de condenação a

um futuro precário. Por outro lado, se é iniludível a existência de problemas sérios de desemprego entre as pessoas portadoras de qualificações de nível superior, verifica-se no entanto que em média permanecem menos tempo desempregadas que as pessoas com baixas qualificações.

Decorre deste panorama que a qualificação, através de formação profissional competente em harmonia com a identificação de necessidades, sem esquecer a elevação das habilitações escolares, é um instrumento central da política de emprego, particularmente aplicável no âmbito das populações com mais sérias dificuldades de inserção. É então em associação com itinerários qualificantes que poderá ser potenciada a empregabilidade e a qualidade no emprego da generalidade de outros instrumentos da política de emprego, como sejam os contidos no Mercado Social de Emprego, as Iniciativas Locais de Emprego, os Apoios à Contratação. Valerá a pena ter em conta, neste contexto, que os Estágios Profissionais, dirigidos a pessoas qualificadas, apresentam a mais elevada taxa de empregabilidade de entre os instrumentos da política de emprego. Neste ensejo, realce-se que está prevista a revisão e racionalização dos diversos programas, agrupando-os em quatro grandes grupos: Programa de Estímulo á Criação do Próprio Emprego, Programa de Estímulo à Criação de Emprego por Conta de Outrem, Programa de Estímulo ao Ajustamento entre a Oferta e a Procura de Emprego, Programa de Estímulo à Procura de Emprego. Estes instrumentos, em consonância como outros de carácter muito específico, deverão harmonizar-se com processos de qualificação e certificação de diversa índole, de onde destacaremos duas modalidades:

- As que conferem dupla certificação (escolar e profissional), como sejam a Educação e Formação de Jovens, a Educação e Formação de Adultos e a Aprendizagem;

- O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, em funcionamento nos Centros " Novas Oportunidades ", que permite, em certas condições, uma certificação escolar que se formaliza pela emissão de certificado do 1º, 2º ou 3º ciclos do ensino básico e diploma do ensino básico ou do ensino secundário, e ainda o registo de competências validadas e certificados de formação profissional. Baseando-se em balanços de competências, evocando e valorizando os contextos informais e não formais de aprendizagem, propiciando formação complementar à medida, estes processos têm contribuído para o aumento de possibilidades nas carreiras profissionais.

  Os Centros de Emprego do IEFP, no desempenho da sua actividade nuclear de ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, vêem-se muitas vezes confrontados com a impossibilidade de satisfazer o pedido do empregador, por ausência de desempregados inscritos com o perfil requerido. Em tempo oportuno, contudo, muitas dessas pessoas não tiveram possibilidade ou oportunidade de adquirir competências relacionadas com as exigências dinâmicas do Mercado de Trabalho.

As iniciativas que têm surgido no campo político, designadamente o Programa Novas Oportunidades, o Programa de Estabilidade para o Crescimento e o Emprego, o Plano Nacional de Emprego, consubstanciam estratégias e medidas para o emprego e a inclusão social, pelo que devem ser conhecidas por todos os agentes que trabalham no terreno. A sua eficácia depende no entanto, para além de outras circunstâncias, de acções e atitudes que pressintam as reais necessidades das pessoas, que não oscilem no respeito pelas suas expectativas, para que a transformação eventualmente resultante não se alicerce num mero discurso sobre a ordem social, em incógnitas sem significado. Há então que evitar alguns inimigos mortais:

- As propostas baseadas unicamente em oportunidades, abandonando qualquer avaliação dos problemas, desistindo por exemplo de percursos de educação e de qualificação profissional, em prol por vezes de um tempo mais curto;

- A perspectiva que os indivíduos cristalizaram nas suas carências e dificuldades, com o seu corolário de que " qualquer coisa é melhor do que nada ";

- A perspectiva que centra todas as dificuldades no indivíduo, negligenciando o suporte social e a intervenção no meio;

O desenvolvimento e implementação de políticas de emprego e de inclusão social exigem então uma correcta formação dos seus agentes, no sentido que permita a sua mobilização para a resolução dos problemas das pessoas e não apenas para uma inclusão particular neste ou naquele percurso. Pressupõe-se então que os profissionais que trabalham ao nível da avaliação e encaminhamento detenham conhecimentos e competências abrangentes, estendendo-se na implementação de parcerias que ultrapassem inércias institucionais.

António Alberto Costa
Director de Serviços de Emprego e Formação Profissional
Delegação Regional do Centro do IEFP

Nota: uma informação mais extensa sobre as medidas citadas poderá ser obtida no site do IEFP: www.iefp.pt

Fórum: Políticas Sociais de Emprego – Perspectivas dos Beneficiários

O desemprego em Portugal nunca apresentou níveis tão elevados como os que a maior parte dos países da União Europeia se viram obrigados a combater, mas, em contrapartida, a pobreza tem entre nós, contornos e dimensões que não podemos ignorar e que tem justificado a criação de dispositivos específicos que visam a sua redução/eliminação.

A ausência de sistemas de protecção social ajustados e a existência de um sistema económico e social que perpetuou desigualdades até à década de 70, deram origem a um modelo social particularmente vulnerável e incapaz para conter o crescimento dos fenómenos de pobreza e exclusão, que as alterações nos modelos de produção, na estrutura de qualificações, na estrutura familiar, acentuaram e potenciaram.

No entanto, se até há algum tempo atrás, em Portugal os empregos eram relativamente estáveis e as situações de desemprego eram passageiras, na última década a situação agravou-se, o desemprego deixou de ser passageiro, conduzindo a situações de pobreza e exclusão social preocupantes para a sociedade.

Desta forma, as questões relacionadas com o emprego (rápido aumento do desemprego, a reestruturação e deslocalização de empresas, os baixos níveis de escolaridade e qualificação da mão-de-obra, os elevados níveis de sub emprego e de emprego precário ou atípico, a baixa produtividade do trabalho e os níveis salariais muito baixos) são dos problemas económicos e sociais mais preocupantes do país, os quais assumem consequências dramáticas para os trabalhadores e famílias, que deixam de auferir um rendimento ou salário capaz de manter o sustento do agregado familiar.

Perante este cenário, para fazer face aos problemas sociais desencadeados pelo desemprego, Portugal teve de adaptar-se e desenvolver Políticas Activas de promoção de Emprego, dirigidas a desempregados e populações em riscos de exclusão, para (re) integração no mercado de trabalho, através de ocupações (socialmente) úteis. Destacam-se neste campo, as Iniciativas Locais de Emprego (ILE), a Criação do Próprio Emprego (CPE) e as medidas e programas do Mercado Social de Emprego (MSE).

No sentido de obter um conhecimento real do verdadeiro impacto das medidas de apoio e promoção ao emprego, o Núcleo Distrital de Coimbra da REAPN, no âmbito do desenvolvimento das suas actividades, em colaboração com o Projecto de Investigação "*O impacto do (des) emprego na pobreza e exclusão social no Distrito de Coimbra*", e em parceria com o IEFP – Delegação Regional do Centro, desenvolveu ao longo do ano de 2006, quatro fóruns de participação activa no Distrito de Coimbra sobre as Políticas Sociais de Emprego.

Para a realização destes fóruns foram seleccionados (sempre que tal foi possível), dois beneficiários por medida e Concelho (oito elementos por Concelho no total), com o objectivo de organizar grupos de discussão sobre cada uma das medidas. Reuniram-se beneficiários e técnicos, divididos em quatro grupos de trabalho, três constituídos por beneficiários para discussão das medidas de Empresas de Inserção, Programas Ocupacionais, Criação do Próprio Emprego e Iniciativas Locais de Emprego, e um direccionado só para os técnicos, no sentido de obter a perspectiva destes perante as mesmas medidas. Estes fóruns realizaram-se, em seguida, pela área de abrangência dos Centros de Emprego: Arganil, Coimbra, Figueira da Foz e Lousã.

As principais conclusões retiradas destes fóruns foram os vários aspectos positivos e negativos apontados por aqueles que frequentam as medidas e que melhor retratam a sua aplicabilidade, bem como algumas sugestões de melhoria de cada uma das medidas exploradas. Assim, foram apontados caminhos que permitem desenhar um traço relativo às mais valias das medidas do Mercado Social de Emprego (POC's e Empresas de Inserção) e que alertam para o reforço das competências básicas (pessoais e sociais), desenvolvendo igualmente competências profissionais que, desta forma, também melhoram as condições socio-económicas, pois o facto de obter um rendimento fruto do próprio trabalho, acaba por aumentar a sua própria auto-estima, permitindo uma progressiva inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, foram apontadas algumas fragilidades das medidas, entre elas a baixa remuneração e a falta de acompanhamento por parte dos técnicos do Centro de Emprego, a que se junta o recurso excessivo aos beneficiários para substituir/aliviar quadros da instituição, o que acaba por provocar uma constante incerteza relativamente ao futuro, defendendo por isso que a duração do programa deverá ser prolongada.

A opinião dos Técnicos que participaram em todos os Fóruns num grupo autónomo, dando a visão externa da aplicabilidade das medidas, acaba por coincidir em grande parte com a própria visão dos beneficiários.

Estes defendem igualmente que as grandes vantagens destas medidas do Mercado Social de Emprego, passam pelo apoio à inserção sócio–profissional dos mais desfavorecidos, pela aquisição de uma responsabilização profissional, pela valorização da auto-estima, adquirindo assim um visível engrandecimento das competências pessoais e sócio-profissionais e obtendo hábitos e métodos de trabalho, que aliados a uma possibilidade de inserção profissional proporciona, por sua vez, uma melhoria das condições socio-económicas.

Mas as perspectivas de inserção são confrontadas com uma falta de perspectivas de empregabilidade, de reduzido apoio e incentivo à contratação, de abuso e uso perverso das medidas, tanto por parte de entidades privadas, como das próprias entidades públicas (associado à sua falta de autonomia financeira), e tudo isto gera alguma instabilidade face à futura integração dos beneficiários.

Para além destes aspectos existe igualmente escassez de recursos humanos para acompanhamento dos beneficiários, gerando alguns desfasamentos na aplicabilidade da medida.

Perante as dificuldades sentidas pelos técnicos e beneficiários ao longo do programa foram indicadas pelos próprios algumas sugestões para melhorar a eficácia das medidas. Assim, os beneficiários de Programas Ocupacionais sugeriram a necessidade de existir um período experimental na medida, reforçando também a ideia de que as exigências profissionais devem ser idênticas aos trabalhadores da Instituição (igualdade de direitos e oportunidades); a criação de uma bolsa de emprego direccionada para a medida (POC`S); acompanhamento por parte dos técnicos do CE; a existência de um período de formação inicial para preparação das tarefas a desempenhar e uma responsabilização das entidades em situação de incumprimento.

Já os beneficiários que frequentam ou frequentaram Empresas de Inserção, apontam que para melhorar a eficácia da medida há necessidade de aumentar o valor da remuneração mensal, bem como deverá existir uma articulação entre as diferentes entidades envolvidas no planeamento de estratégias de reinserção profissional (procurando assim a continuidade, que minimizaria o aspecto temporário da medida).

Os técnicos, por sua vez, mencionaram que deveria haver uma maior responsabilização das Instituições que recorrem às medidas; um maior acompanhamento e preparação da integração dos beneficiários nos Programas – Formação comportamental e profissional; a criação de uma bolsa de referências no IEFP; uma maior flexibilização das medidas; acompanhamento/supervisão das medidas ao longo do processo por parte do Centro de Emprego e a requalificação das competências pessoais e profissionais.

No que respeita a Políticas Sociais Activas que não se inserem no Mercado Social de Emprego, ou seja, a Iniciativa Local de Emprego e a Criação do Próprio Emprego, os fóruns permitiram concluir que a grande mais valia realçada é o aspecto económico e o apoio financeiro associado a estas medidas. Uma vez que são medidas que contemplam a criação de um ou mais postos de trabalho, permitem a concretização de objectivos pessoais e de criação de autonomia, com a viabilidade acrescida de criar um negócio e de obter uma valorização profissional.

No entanto, a fragilidade nestas medidas reside, segundo os beneficiários, na inexistência de formação na área de gestão, necessária para gerir o negócio de forma correcta, bem como a elevada burocracia, que, por vezes, leva à morosidade na análise do processo e respectiva aprovação, podendo dificultar a inserção do negócio no mercado no momento certo. Um aspecto que sugerem e consideram fundamental é, sem dúvida, a necessidade de haver um maior e mais estreito acompanhamento da iniciativa até para tirar dúvidas que vão surgindo a quem cria um negócio. Defendem igualmente que deverá existir uma avaliação do projecto, quer na sua viabilidade económica quer por intermédio de um balanço das competências pessoais e técnicas do promotor, podendo ceder formação a estes promotores na área da gestão de negócios, higiene e segurança no trabalho, marketing e vendas e recursos humanos.

A realização destes fóruns em diferentes áreas geográficas, permitiram, no entanto, perceber que as fragilidades e mais valias são comuns, independentemente de se encontrarem no interior ou no litoral do Distrito de Coimbra, mas estas são apenas parte de um diagnóstico que será apresentado em Junho de 2007, no âmbito do Projecto de Investigação em curso no Núcleo de Coimbra e que dará uma visão completa das relações entre emprego, o emprego precário e o desemprego no Distrito.

Sandra Pessoa e Susana Lima
Núcleo Distrital de Coimbra

Mesas Redondas de discussão sobre os Programas Ocupacionais

Os Programas Ocupacionais (POC) são ocupações temporárias, socialmente úteis, de pessoas desempregadas (desempregados subsidiados e a desempregados em situação de comprovada carência económica), enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, permitindo, entretanto, aumentar as suas possibilidades de reinserção no mercado trabalho. É concedido aos beneficiários um apoio de subsídio ocupacional, subsídio de almoço (ou o próprio almoço) e de transporte, seguro de acidentes de trabalho e um dia por semana para efectuar diligências de procura de emprego. A esta medida podem-se candidatar entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (autarquias, serviços públicos, IPSS) mediante a apresentação de um projecto ocupacional no Centro de Emprego (legislação de suporte: Portaria n.º 192/96 de 30/05).

O Núcleo Distrital da Guarda da REAPN e o UBI_CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior organizaram duas Mesas Redondas sobre "A Inserção Socio-Profissional dos Beneficiários de POC" no âmbito da sinalização do Dia Internacional da Erradicação da Pobreza e do desenvolvimento do Projecto Inserções. Estas Mesas Redondas decorreram na Guarda, dia 17 de Outubro, e em Seia, dia 19 de Outubro, e tiveram como intuito debater a questão da inserção socio-profissional dos beneficiários dos Programas Ocupacionais tendo em conta as diversas visões dos protagonistas das medidas, através de grupos de trabalho participativos. Nestas Mesas Redondas participaram um total de 83 pessoas entre beneficiários de POC's (carenciados e subsidiados), instituições acolhedoras e técnicos de entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que fazem a mediação neste processo.

Principais conclusões

1. Os Centros de Emprego são os principais veículos de informação acerca da medida de programas ocupacionais, reconhecendo-se alguns casos em que são os beneficiários que procuram as entidades para aí realizarem POC ou o inverso, ou seja, são as próprias entidades que apresentam a candidatura ao Centro de Emprego. As entidades ao recorrerem ao POC procuram recursos humanos sem custos, muitas vezes para preencherem uma vaga, enquanto que os beneficiários procuram uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho e a posterior celebração de contrato na entidade. Estas expectativas dos beneficiários quase nunca são correspondidas e são os próprios que o afirmam, reconhecendo que provavelmente depois de saírem da instituição serão substituídos por outra pessoa através de um outro POC. Contudo, todos admitem que frequentar um programa ocupacional é uma mais-valia, pois as pessoas têm oportunidade de adquirir um conjunto de competências e conhecimentos, experiência de trabalho e novos contactos que poderão, eventualmente, abrir novas portas. No entanto, uma das críticas feitas à medida prende-se com o facto das competências adquiridas não serem reconhecidas e certificadas aquando do término do POC.

2. Existem diferentes procedimentos na preparação do programa ocupacional com o Centro de Emprego: por um lado, alguns beneficiários têm oportunidade de escolher onde gostariam de trabalhar; por outro lado, a algumas pessoas é-lhes imposto a realização de um POC num local já definido. Denota-se em algumas situações o facto dos beneficiários de POC não terem qualquer tipo de formação na área em que vão desempenhar funções, acrescendo o facto da própria medida não contemplar formação profissional, nem mesmo permitir a frequência de formação pós-laboral financiada, devido ao duplo financiamento.

3. No que diz respeito ao acompanhamento feito pelas entidades de acolhimento, os beneficiários, na sua maioria, referiram que foram bem recebidos e foi nas entidades, muitas das vezes pela primeira vez, que tomaram conhecimento das tarefas que iriam desempenhar. Durante o período de duração do programa, o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos beneficiários é feito por elementos da entidade. Todos os grupos afirmaram que a valorização (por parte das entidades de acolhimento) do trabalho realizado pelo beneficiário de POC é semelhante aos restantes funcionários da entidade, apesar de em alguns casos se verificarem situações em que os próprios colegas não desempenham determinadas tarefas que acabam por ser efectuadas pelos beneficiários de POC. Estes referem que o seu desempenho em nada é influenciado pelo facto de estarem temporariamente na entidade, acontecendo frequentemente um maior empenhamento com vista a uma possível integração.

4. Relativamente à integração dos beneficiários dos POC's, verifica-se que são as IPSS quem revelam as taxas mais elevadas de integração posterior dos beneficiários, utilizando muitas vezes esta medida como período experimental, em oposição às entidades públicas que apresentam baixos níveis de inserção profissional. No geral, as taxas de integração são muito baixas e acontece muitas vezes serem os próprios Centros de Emprego a impor a integração de algumas pessoas nas entidades como condição para que estas continuem a receber POC's, sendo, no entanto, consensual que se esta medida não existisse as pessoas estariam em piores situações. No final da realização do POC não existe qualquer tipo de acompanhamento das pessoas, pois a medida não contempla essa vertente, nem os Centros de Emprego têm recursos humanos disponíveis para realizar essa actividade.

5. Esta medida é vista como útil para ajudar os desempregados a encontrar emprego, tendo em conta que as pessoas se encontram ocupadas e lhes permite adquirir experiência profissional, ou seja, é encarada como um meio para atingir um fim, contudo pode tornar-se uma ilusão para os próprios beneficiários, pois há uma utilização subversiva da mesma por parte das entidades. Daí que a maioria considere que esta medida é proveitosa para os beneficiários, para as entidades e para a própria comunidade, apesar de, na opinião dos primeiros, serem as entidades quem mais sai a ganhar. Esta dificuldade de integração é maior para os beneficiários carenciados, pois estes nem sempre se encontram pessoal e socialmente preparados para desempenhar uma função e porque actualmente ainda existe uma fraca articulação e concertação de estratégias entre as diferentes entidades que promovam a inserção socio-profissional destas pessoas.

6. No entender dos participantes das mesas redondas, os programas ocupacionais têm como principais pontos positivos a aquisição e valorização de competências pessoais, sociais e profissionais e o enriquecimento de currículo para os beneficiários, assim como uma maior facilidade de recrutamento de recursos humanos no quadro de pessoal das entidades. Já no que diz respeito aos pontos negativos, verifica-se que por vezes existe uma desadequação do perfil e uma dificuldade de reconversão profissional dos beneficiários sem formação, a não certificação das tarefas e funções desenvolvidas durante o POC, a impossibilidade de frequência em simultâneo de formação profissional, assim como o constante adiamento de soluções integradoras que são colmatadas com os POC's, isto é, a própria medida não facilita a integração profissional, uma vez que as entidades não criam oportunidades de contratação, pois recorrem sistematicamente à medida para dar resposta a necessidades de mão-de-obra.

Contemplando as experiências e vivências de cada um dos grupos com os programas ocupacionais, e de forma a contribuir para a melhoria desta medida, registaram-se algumas sugestões, nomeadamente:

i) elaborar um diagnóstico prévio para verificar se a pessoa reúne todas as condições/perfil para integrar o mercado de trabalho;

ii) formação inicial a nível pessoal, social e profissional dos beneficiários, principalmente para os beneficiários carenciados, e permissão de frequência de formação pós-laboral;

iii) certificação das competências, capacidades e conhecimentos adquiridos durante a realização do programa ocupacional;

iv) maior responsabilização das entidades para a integração dos beneficiários de POC's, através da imposição de uma taxa de integração e/ou da limitação do número de POC's de que podem usufruir e/ou da redução da duração dos POC's;

v) as entidades comparticiparem, em parte, o vencimento dos beneficiários dos POC's;

vi ajustar a medida à população-alvo a que se destina, tendo em conta a alteração desta ao longo do tempo;

vii) alargamento dos programas ocupacionais às entidades privadas para existir um maior leque de ofertas;

viii) melhoria do acompanhamento dos beneficiários dos POC's por parte dos Centros de Emprego;

ix) criação de uma rede de recursos para futura integração dos beneficiários dos POC's e/ou criação do próprio emprego.

Cátia Azevedo
Núcleo Distrital da Guarda

Beirinser – Empresa de Inserção Pioneira em Portugal

A Santa Casa da Misericórdia do Fundão sempre assumiu o seu empenho na resolução de problemas de exclusão social que afligem a população do Concelho assumindo como seu objectivo a promoção de todo o tipo de acção de solidariedade e intervenção na economia social. Nesse contexto, propôs-se aceitar os novos desafios das empresas de inserção, criadas no âmbito do Mercado Social de Emprego, disponibilizando, para o efeito, os seus recursos humanos e físicos.

As empresas de inserção social visam a integração no mercado de trabalho de alguns grupos mais desfavorecidos (jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração, alcoólicos, ex-toxicodependentes e outros grupos de risco) estimulando o desenvolvimento sócio-local através da criação de empregos em actividades económicas dirigidas a necessidades sociais por satisfazer.

Em Outubro de 1997 nasceu em Portugal a primeira Empresa de Inserção, projecto pioneiro do país. A Beirinser é, hoje, uma empresa agrícola, com cerca de 50 hectares de área cultivada/ explorada. Tem como objectivo a exploração e a prestação de serviços na área da agricultura tendo em vista a inserção de desempregados na vida activa. Como empresa de inserção teve a duração de sete anos: hoje, a Beirinser é uma Sociedade Agrícola Unipessoal, que emprega 8 auxiliares agrícolas (cinco homens e três mulheres) e um Engenheiro Agrícola.

As áreas que a Beirinser abrange são:

- Bovinicultura – produção de leite;
- Culturas arvenses;
- Fruticultura;
- Horticultura ao ar livre, horticultura em estufa;
- Olivicultura e viticultura.

Quais os produtos hortícolas obtidos?

Ao ar livre: abóbora, agrião, alface, alho francês e batata, beringela, couves, espinafres, feijão verde, nabos/nabiça, pimento, tomate.

Em Estufa: alface, couve e espinafres, feijão verde e tomate.

Quais os frutos produzidos?

Cereja, maçã, melão, melancia, pêra e uva.

A quem se destinam os produtos?

Ás diferentes valências da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e outros.

Discurso Directo

A senhora Maria (nome fictício) tem actualmente 57 anos. Iniciou o seu percurso de trabalho na Beirinser em Outubro de 1997. Anteriormente, era desempregada de longa duração.

«Estava desempregada, sem dinheiro e com uma família numerosa e divorciada, tenho sete filhos e na altura eram todos menores. Para mais tinha as despesas da casa e sem suporte familiar, e sem qualquer tipo de subsídio.

Quando surgiu a oportunidade de ser integrada na Empresa de Inserção Beirinser, fiquei interessada e fui à entrevista e por sorte fui seleccionada e iniciei a minha actividade profissional como auxiliar [trabalhadora agrícola].

Ainda hoje estou na Beirinser, com as mesmas funções, para poder sustentar a minha família e ter alguma ajuda financeira. Poderei dizer que sou uma mulher satisfeita com o emprego que tenho, sabendo que existe muito desemprego no nosso concelho, sobretudo as mulheres devido ao encerramento das fábricas e também à idade, é-nos difícil arranjar emprego, pois a partir dos 40 anos "já não prestamos para nada", e na Agricultura ainda vamos arranjando qualquer coisa, na época da cereja e na azeitona, tirando isso mais nada temos.»

Carla Andrade e Rui Pombo
Santa Casa da Misericórdia do Fundão

Empresa de Inserção: um esforço positivo de integração

O Centro de Promoção Social é uma instituição particular de solidariedade social fundada em Carvalhais – São Pedro do Sul que persegue como fim último o enriquecimento humano e técnico da população. Desde 1999 que esta instituição tem em funcionamento uma empresa de inserção de Operador Silvícola. Num concelho caracterizado por uma extensa mancha florestal, a aposta na área ambiental era inevitável.

Esta empresa de inserção tem por objectivos fundamentais a inserção no mercado de emprego de indivíduos desfavorecidos, a promoção de competências pessoais e profissionais e o desenvolvimento de projectos de vida autónomos. Ao longo destes anos, muitos foram os que passaram pela empresa de inserção numa sucessão ininterrupta de empenho, problemas, sucessos, fracassos e num grande esforço de solidariedade. Para além da situação de desemprego prolongado e da deficiente escolarização e formação profissional, o alcoolismo, os problemas psicológicos e familiares são obstáculos a enfrentar diariamente. Os conflitos interpessoais são uma constante, pois aprender a trabalhar em equipa é uma lição difícil mas fundamental para o exercício de qualquer profissão.

Da nossa experiência, ressalta que o acompanhamento próximo dos responsáveis é indispensável para a consolidação das aprendizagens e integração social dos nossos beneficiários. A colaboração com o Centro Local do Instituto de Emprego e Formação Profissional surge também como essencial. No final, o balanço é francamente positivo: foram criados hábitos de trabalho, quebrou-se o isolamento, aumentou-se o rendimento de famílias desfavorecidas pelo seu próprio trabalho, promoveu-se a autonomização e a empregabilidade. A generalidade das pessoas que por cá passaram conseguiram emprego em outras entidades e alguns criaram a sua própria empresa.

Dália Pereira e Joaquim Pinho
Centro de Promoção Social de Carvalhais

O Sonho comanda a Vida!

Doença e desemprego

Paulo e Rosário Jané, tinham uma vida normal quando de repente Paulo começou a sentir dores intensas no corpo sem saber de onde vinham. Após um ano de idas ao hospital descobriram que sofria de uma doença rara. Durante todo o processo de tratamento, a perda de emprego e de objectivos levaram Paulo a uma depressão, encontrando, presentemente, vitalidade nos azulejos que "cria". Rosário Jané como esposa, viu-se obrigada a deixar de trabalhar também, tendo o casal duas filhas, actualmente, uma com cinco e outra com onze anos.

Os custos de uma casa

Ao longo do seu percurso de vida, tentaram sobreviver na zona da grande Lisboa, onde as perspectivas de trabalho e sustento familiar foram extremamente difíceis, levando-os inclusive a passar fome, agravado pela doença que atingiu Paulo, até que decidiram ir viver para o Ribatejo.
Paulo e Rosário e as duas meninas vivem numa aldeia, no concelho de Torres Novas, onde encontraram um "porto de abrigo" e o início da concretização dos seus sonhos e de um futuro melhor!

Formação

Paulo Jané dedicou maior parte da sua aprendizagem, ao estudo da música e da arte. Aprendeu música e piano na

Academia de Amadores de Música e estudou desenho e pintura com o professor Lima de Freitas no IADE. A inspiração da cerâmica surgiu cedo, pois a sua mãe era professora das artes do fogo. Estudou diversas técnicas da cerâmica na Escola António Arroios em Lisboa.
Rosário Jané terminou os seus estudos em 2001 na Faculdade de Arquitectura na U.T.L. em Arquitectura e Design.

As dificuldades financeiras

A vinda do casal para o Ribatejo levou-os a uma nova perspectiva de vida e o alento para que o projecto "Azulejos Jané" se iniciasse.

Actualmente são beneficiários do RSI (Rendimento Social de Inserção) mas projectam tornarem-se empreendedores, criando o seu próprio emprego, através de uma ILE que lhes vai proporcionar uma melhor condição de vida e aos poucos a sua independência financeira bem como familiar.

O apoio da Segurança Social de Torres Novas, através do programa FAINA, permitiu que este jovem casal iniciasse o seu processo de inclusão social, através da sua arte e do forte empenho em vencer! Ainda com o apoio da Segurança social compraram um computador e uma câmara fotográfica e estão a dar os primeiros passos para criarem uma loja virtual dos "Azulejos Jané"

"Através do computador, eu pude dar inicio à loja virtual, e para mim foi um incentivo extraordinário que me leva a sentir muito menos deprimido porque já consigo rumar para algum lado", diz Paulo com a voz carregada de emoção.

Presentemente já têm bastantes encomendas, mas a falta de mão-de-obra e meios financeiros para compra de material e de transportes têm dificultado a sua independência económica. Assim pretendem concorrer a uma ILE – Iniciativa de Apoio Local de Emprego.

A Arte

Paulo Jané é o artista, o criador. Cria os desenhos, os moldes que o azulejo deve ter. Já por seu lado Rosário Jané é a artesã, ela faz os azulejos, desde a sua fase inicial até ao seu fim. Pinta, molda e com um forte espírito empreendedor coloca o produto deste trabalho em lojas em Lisboa, Nazaré e Óbidos.

O Sonho

Rosário e Paulo sonham com o dia em que os seus magníficos azulejos sejam exportados, pois sabem que serão apreciados e que um dia concretizarão o seu sonho de independência e o reconhecimento da sua arte!

Ricardina Reis
Núcleo Distrital de Santarém

Empreendedorismo, capacitação e mudança social

A recente popularidade do conceito de empreendorismo tem colocado a tónica no indivíduo, postulando-se o empreendorismo não tanto como um processo mas como uma característica de indivíduos agindo racional e intencionalmente. Este entendimento tem o mérito de apontar para a possibilidade de transformação nas condições de vida de indivíduos ou grupos, ainda que por vezes se caia no excesso de considerar o indivíduo isoladamente quer da(s) comunidade(s) quer das suas relações sociais, fazendo a capacidade empreendedora depender apenas das competências individuais. Assim, o termo é actualmente usado não só na área económica mas também política, institucional e social. Os empreendedores são não apenas empresários com uma ideia nova mas também políticos, profissionais, peritos e activistas. Para além disso, segundo o *Global Entrepreneurship Monitor*, os empreendedores já não são só os capitalistas com recursos e acesso a oportunidades – os empreendedores de Schumpeter – mas também os indivíduos e comunidades motivados pela necessidade - os micro-empreendedores.

Gostaria, pois, de propor uma articulação entre uma visão mais individualista e outra mais estruturalista considerando que se, por um lado, existem constrangimentos sociais que ultrapassam a capacidade de acção de indivíduos ou grupos, por outro lado, existe por parte destes capacidade de mudança dos contextos em que estão envolvidos. Nem os contextos são totalmente fechados, antes apresentando várias possibilidades de acção, nem os indivíduos possuem uma capacidade ilimitada de acção, independente dos constrangimentos existentes e das suas próprias capacidades e representações acerca desses constrangimentos.

Destaco quatro versões actuais do termo empreendedorismo social: visto como a capacidade de gerar recursos no mercado com vista a resolver problemas sociais; visto com a ênfase na inovação social, não necessariamente sujeita a participação no mercado. Esta perspectiva pode ter um cariz mais individual, como se demonstra pela definição de Gregory Dees que vê o empreendedor como o agente individual de mudança no sector social (Dees, 2001), ou mais organizacional, como é o caso das definições europeias de empresa social, aquela que inova em termos de forma organizacional ou formas de abordagem aos problemas (Borgaza e Defourny, 2001). Finalmente, uma versão que está mais associada a discussões sobre o desenvolvimento dos países do Sul Global, sendo o empreendedor visto numa perspectiva de transformação sistémica (Alvord, 2002). Seja como for, nas três últimas interpretações, a ênfase está na capacidade de transformação social e organizacional.

O que é então o empreendedor social ou o empresário social? A utilização destas duas designações como traduções possíveis do termo inglês ou francês permite-nos pensar em duas problemáticas. Em Portugal, enquanto a utilização do termo empresário social remete para a questão da profissionalização da direcção das organizações da economia

social ou terceiro sector, a utilização do termo empreendedor social é associada ao papel que os indivíduos ou grupos têm no desenvolvimento de projectos inovadores para resolução de problemas sociais.

Gostaria de me reportar ao empreendedor social ou ao empresário social para focar os desafios que se colocam à profissionalização destes agentes de mudança social. Os empresários sociais, ou empreendedores sociais, tendem a actuar em situações de grande complexidade no contexto de um ambiente crescentemente exigente que põe em causa as formas de actuação tradicional e mesmo o papel que os dirigentes de organizações do terceiro sector possuíam. Um dos sinais mais evidentes desta transformação é, por exemplo, a tendência para a profissionalização da gestão através do surgimento do papel de direcção executiva. Estes directores executivos são muitas vezes pessoas ligadas à direcção da organização, ou participando nesta ou estando dela muito próximos. Assumem assim um papel que é simultaneamente de decisão e de execução[1]. Para alem disso são detentores de uma auto-representação de gestores diferentes, não apenas pelas particularidades das organizações que gerem mas também por características de perfil, frequentemente moldadas pelo seu percurso. Verifica-se que existe um forte paralelismo entre a trajectória da organização e a do empresário social e entre a missão da organização e a deste, bem como a existência de uma trajectória pessoal de envolvimento em iniciativas da sociedade civil e/ou da economia social e solidária antecedendo a posição actual. Por isso, são de apontar especificidades das organizações da economia social ou do terceiro sector que moldam o seu papel:

- A lógica de benefício colectivo sobrepondo-se à realização de lucro e a necessidade de articulação da sustentabilidade e autonomia financeira com a prossecução dos objectivos de satisfação das necessidades dos grupos sociais que representam;

- A lógica de desenvolvimento comunitário, frequentemente associada à multiplicação de actividades visando a resolução de problemas e exigências de características multidimensionais;

- A existência de uma grande diversidade de *stakeholders* com exigências muito diversas relativamente à organização (financiadores, associados, utilizadores, público, parceiros, fornecedores, trabalhadores, voluntários), em especial a necessidade de conciliar os interesses dos financiadores e dos utilizadores, e de gerir as exigências paralelas das diversas fontes de recursos (financeiros, voluntariado, legitimidade);

- A existência de uma identidade comum no contexto do ramo de actividade ou do terceiro sector em geral, marcada frequentemente pela noção de que se trata de entidades diferentes do sector lucrativo ou do Estado.

- Estruturas jurídicas, nomeadamente as de natureza associativa e cooperativa, onde o exercício de liderança tende a ser um espaço de negociação onde os problemas privados se transformam em problemas públicos.

Para além disso, o empresário social está no centro de duas tensões que atravessam a organização. Uma que se prende com a distinção entre o voluntário e o profissional, que passa pela necessidade de conciliação entre as culturas profissionais do pessoal técnico e a cultura dos dirigentes. Trata-se de uma tensão que se acentua com a pressão para a profissionalização das organizações em resultado das crescentes exigências associadas quer às fontes de recursos quer à regulação estatal. Uma outra tensão que resulta da articulação de espaços e tempos plurais na organização, enraizada no local mas relacionando-se nos níveis nacionais e supranacionais, sendo portadora de um projecto de transformação social de médio e longo prazo, mas gerindo as necessidades de sobrevivência imediatas.

Foram identificadas as seguintes actividades que traçam o perfil do emprego do empresário social (individual ou colectivo)

- Vigilância estratégica e promoção – acesso, organização e difusão da informação, em contacto com uma multiplicidade de actores internos e externos;

- Definição interactiva das orientações da organização – definição dos objectivos estratégicos e princípios da organização em colaboração com a direcção e em contacto com uma pluralidade de actores internos e externos;

- Organização, acompanhamento e supervisão das actividades e projectos da organização – em colaboração sobretudo com os quadros técnicos da organização e outros trabalhadores;

- Gestão dos recursos humanos – supervisão ou gestão directa de carreiras, remunerações, qualificação e formação profissional e relações de trabalho em geral.

A articulação entre o papel empresário social e o empreendedor sugere que a discussão sobre o papel das organizações da economia social/terceiro sector têm de ter em conta quer a questão da preparação dos dirigentes quer da criação de condições favoráveis ao desenvolvimento do empreendorismo social. Não se trata apenas de competências inatas ou de competências individuais que podem ser ensinadas mas da alteração das condições de contexto que permitam a emergência destas iniciativas, num momento em que elas surgem como um contributo fundamental para alguns dos problemas actuais.

1. Esta informação resulta do estudo levado a cabo no âmbito do projecto internacional Universidade Cooperativa Europeia (http://uce.universite-cooperative.coop/index.php), no qual estive envolvida através do Centro de Estudos Cooperativos da FEUC e, em especial, o documento UCE, 2003. Consultar também Ferreira, 2005.

Um estudo recente sobre o empreendorismo social levado a cabo no Reino Unido conclui que este se desenvolve em áreas e grupo sociais onde o mercado tem vindo a falhar: o empreendorismo social (traduzido em grande maioria na criação de organizações não lucrativas) prevalece nas mulheres, nos jovens, nos estudantes a tempo inteiro, nos reformados, nos portadores de deficiência e nos desempregados sem direito a subsídio. Ainda que, por se centrar nos indivíduos, este estudo não nos permite medir o efeito das políticas (sobretudo as que se inserem na lógica do *workfare*), alguns resultados mostram que há condições que favorecem o empreendorismo como a existência de habilitações superiores, o acesso a formação para o empreendorismo, a autoconfiança nas competências pessoais e o conhecimento de outros empreendedores sociais e, em termos mais gerais, a existência de boas condições para o desenvolvimento de iniciativas. Em suma, para além da capacitação individual e do enfoque no empreendorismo social como o carro-vassoura dos fracassos do Estado e do mercado podemos entender o empreendorismo social como um processo de transformação sistémica. Nesta perspectiva, a capacitação da gestão das organizações do terceiro sector e da economia social e as políticas de promoção ao empreendorismo podem almejar a que as inovações sociais tenham um impacto mais amplo em termos da criação de condições de transformação da situação de grupos sociais ou comunidades excluídas ou dos mecanismos que contribuem para essa exclusão.

Referências

Dees, J. Gregory (2001), "*O Significado do Empreendorismo Social*" (versão traduzida do original), Center for the Advancement of Social Entrepreneurship, Duke University *http://www4.fe.uc.pt/cec/Files/significadoempreendedor.pdf*.

Borgaza, Carlo e Jacques Defourny (eds.) (2001), *The Emergence of Social Entreprise*, Londres: Routledge.

Sarah H. Alvord, L. David Brown, and Christine W. Letts, 2002, "Social Entrepreneurship and Social".

"Transformation: An Exploratory Study", Hauser *Center for Nonprofit Organizations Working Paper* No. 15, Harvard University.

UCE (2003) "Referencial Europeu do Empresário Social", *Pensamento Cooperativo*, nº 4.

Harding, Rebecca (2006), Social Entrepreneurship Monitor - United Kingdom 2006, London Business School.

Ferreira, Silvia (2005) O que tem de especial o empreendedor social? *Oficina do CES*, 223.

Sílvia Ferreira
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais, smdf@fe.uc.pt

Oeste empreendedor – Incentivar o Empreendedorismo na Região Oeste

Encontra-se a decorrer um projecto denominado "OESTE EMPREENDEDOR – da Qualificação à Coesão" que pretende incentivar a criação do próprio emprego e é promovido por uma Parceria de Desenvolvimento (PD) de oito entidades ligadas à região Oeste, sendo co-financiado pelo Fundo Social Europeu e pelo Estado Português ao abrigo da Iniciativa Comunitária Equal.

Os promotores do projecto são a Cercipeniche (entidade interlocutora), a ACIRO – Ass. Comercial e Industrial da Região Oeste, a ADEPE – Ass. para o Desenvolvimento de Peniche, a ADRO – Agência de Desenvolvimento Regional do Oeste, a AIRO – Ass. Industrial da Região Oeste, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto Politécnico de Leiria e a empresa Janela Digital.

O projecto iniciou-se em Setembro de 2005 e deverá manter-se até Agosto de 2007 com os seguintes objectivos:

i) Capacitar pessoas para a criação da sua própria empresa;

ii) Proporcionar condições de suporte logístico, operacional e técnico para a criação e expansão de novas empresas;

iii) Potenciar a intervenção das organizações regionais, de apoio ao empreendedorismo e de desenvolvimento local;

iv) Valorizar o espírito empresarial e o empreendedorismo, associados a uma cultura de responsabilidade social da empresa,

v) Estimular um empreendedorismo pela oportunidade, em áreas de negócio viáveis.

Com vista a atingir estes objectivos, o OESTE EMPREENDEDOR está estruturado em três eixos:

i) Clubes de Iniciativa, acções de incentivo de ideias e valorização da cultura empreendedora;

ii) Aconselhamento ao Empreendedor, estruturas de atendimento, aconselhamento, formação e acompanhamento dos empreendedores;

iii) Rede Regional de Espaços do Empreendedor, parceria regional alargada de reflexão e envolvimento institucional para o estímulo sustentado do empreendedorismo na região.

O OESTE EMPREENDEDOR visa ensaiar soluções inovadoras para os problemas da dificuldade de criação e manutenção do próprio emprego, mantendo uma preocupação permanente

em co-responsabilizar os participantes nas acções. Pretende-se, assim, que as soluções criadas de carácter experimental e inovador possam futuramente orientar as políticas a conceber neste domínio. De uma forma mais particular, o OESTE EMPREENDEDOR tem realizado *Workshops* nos estabelecimentos de ensino superior e em cursos de formação profissional para desempregados, está a promover o concurso o *"Meu 1º Negócio"* envolvendo oito escolas e centros de formação profissional dispersos pela região, tem em execução duas acções de formação em *Empreendedorismo e Constituição de Pequenos Negócios*, iniciou em Abril de 2006 o atendimento nos Gabinetes de Apoio ao Empreendedor, tendo já recebido mais de 100 potenciais ideias de negócio, que originaram já seis novas empresas. Está também a efectuar um levantamento junto de algumas empresas da região, com vista a fazer um levantamento de oportunidades de negócio viáveis na esfera de intervenção dessas empresas.

O tema do "Empreendedorismo" assume uma importância estratégica, na medida em que por via do estímulo à criação da própria empresa se contribui para fomentar a economia regional, associada à promoção da inclusão social: sempre que alguém com dificuldades de integração cria o seu próprio negócio, ou quando as empresas criadas (ou revitalizadas) assumem um carácter empregador, sendo que, para estes casos, é importante sensibilizar os empresários para as matérias da responsabilidade social. O projecto nasceu na região Oeste, fruto da experiência de alguns dos parceiros e pretende-se agora alargar o quadro de intervenientes para que as soluções meritórias, entretanto concebidas, sejam apropriadas pela região. A reflexão sobre modelos locais de incentivo ao empreendedorismo está nos planos do projecto já a curto/médio prazo.

Luís Duarte
Coordenador do Projecto

624 Projectos de microcrédito em Portugal

A Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) patrocina desde 1999 pequenos projectos de investimento junto da Banca Comercial.

Tal acção já permitiu a 624 microempresários levarem a cabo os seus negócios através da obtenção de crédito, ao qual não tinham antes acesso pela sua situação de fragilidade económica e falta de garantias reais.

A ANDC foi criada exactamente com esse objectivo, o de possibilitar a quem, não tendo acesso ao crédito comercial e tenha uma boa ideia de negócio, possa montar o seu negócio recorrendo ao microcrédito através de um projecto de investimento no qual se planeie a actividade e controle os riscos inerentes.

A ANDC aparece, assim, a patrocinar candidaturas a microempresários junto de bancos comerciais com os quais tem protocolos de cooperação para a concessão de microcrédito. Estão nesta situação o Millennium (BCP), a Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco Espírito Santo (BES).

O que é o microcrédito?

É um crédito de montante reduzido que permite ajudar alguém que queira ter o seu negócio no arranque do mesmo. Como estamos a falar de pequenos negócios normalmente sob a forma de Empresários em Nome Individual (ENI) é possível restringir o montante de investimento necessário e também, por consequência, o valor devido, relativo às prestações de amortização do empréstimo a pagar mensalmente ao banco.

A ANDC ajuda os microempresários na elaboração do seu projecto de negócio e depois monitoriza a realização com um acompanhamento dos mesmos, uma vez implementado o projecto.

Na fase de previsão é fundamental a relação de confiança entre o candidato e o técnico da Associação uma vez que a credibilidade tem um papel fundamental. Não só a credibilidade do negócio, enquanto algo de viável e com mercado, mas também do seu promotor, enquanto pessoa séria que honra os seus compromissos e está disposto a trabalhar respeitando o enquadramento legal.

No acompanhamento esse capital de confiança, permite ao técnico aconselhar o microempresário em diversos aspectos em que o negócio possa estar a correr menos

bem ou quanto a novas oportunidades, sendo alguém com que o microempresário pode contar para ter uma opinião de terceiros desinteresseira e interessada. As áreas mais escolhidas para os projectos aprovados são o pequeno comércio e a prestação de serviços.

Como actividades na primeira destacam-se os cafés e venda de produtos alimentares, as lojas de vestuário e calçado e de artesanato, na segunda prestação de serviços de assistência, manutenção ou montagem na área da electricidade, a máquinas, a computadores, limpezas, engomadorias e cabeleireiros.

Por outro lado, os apoios são mais solicitados por mulheres (53%) que por homens e cerca de 65% dos microempresários têm entre 26 e 45 anos na altura do empréstimo.

O processo do microcrédito

O processo de acesso ao microcrédito que tem por base a confiança, destina-se a um público sem acesso à banca e que pretende fazer o seu negócio, como já referi, é relativamente simples embora objecto da maior atenção.

O candidato contacta a ANDC via telefone dando indicações sobre o que pretende fazer, quais os seus dados e escolhas (Nome, Morada, BI, NIF, Telefone, localização do negócio, banco com o qual pretende trabalhar). A partir desse contacto é feita uma verificação pela ANDC se existe alguma objecção ao empréstimo por ter incidentes bancários (que a haver tornaria todo o processo uma pura perda de tempo). Caso não haja incidentes é atribuído a um colaborador da ANDC o projecto de negócio, que é elaborado pelo candidato com o apoio do técnico da ANDC em estreita colaboração. Dele se destacam:

- Conhecimento do percurso pessoal, familiar e profissional do candidato;
- Dados sobre o fiador do negócio;
- Conhecimento sobre o mercado onde o potencial microempresário pretende trabalhar;
- Dados sobre o negócio consolidados em mapas de investimento, vendas e conta de exploração;
- Expectativas do candidato e comentários do técnico da ANDC.

De salientar que, ao contrário dos empréstimos bancários usuais:

- O fiador apenas cobre 20% do total creditado e não tem que ter garantias reais, bastando ser identificável como sem incidentes e não ter uma responsabilidade contratual ligada ao negócio, com o potencial microempresário (quer como cônjuge, quer como parceiro no negócio a montar);
- O empréstimo tem como limite máximo actual os 5.000 euros, sendo expectável que a partir de 2007 este limite seja alargado para cerca do dobro;
- Os juros são mais acessíveis, sendo a taxa fixada correspondente à Euribor 3 meses mais "spread" de 2 ou 3% (actualmente entre os 5 e 6% ao ano).

Por outro lado, os dados recolhidos pela Associação constam dos seus dossiês os quais não são remetidos ao banco.

Este processo leva entre 1 a 2 meses, após o qual é elaborado um projecto a apresentar a uma comissão de crédito (CC) independente que o avalia quanto ao negócio – viabilidade, realismo, etc. – e quanto ao promotor – necessidades, capacidades, competências, etc.

Uma vez aprovado na reunião entre o técnico da ANDC e os membros da Comissão, o projecto é enviado apenas nas suas conclusões gerais ao Banco pedindo despacho para autorização e crédito do empréstimo.

Normalmente o crédito demora entre a recepção pelo Banco do resultado da CC e o crédito na conta cerca de 2 ou 3 semanas.

A ANDC indica aos candidatos uma via de legalização dos seus negócios, quer pela inscrição nas finanças e segurança social das respectivas actividades, quer pela obtenção de licenças de utilização, alvarás e normas de segurança e higiene dos estabelecimentos.

Alguns casos de sucesso

Os cabeleireiros africanos

Na população alvo deste tipo de medida encontra-se uma parcela importante da população imigrante – a ANDC firmou recentemente um acordo com o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Éticas (ACIME) – e entre os imigrantes africanos têm tido muito sucesso os cabeleireiros africanos e lojas de produtos para cabeleireiro afro, que têm como microempresárias mulheres africanas.

Muitos desses cabeleireiros são casos de sucesso porque se dirigem e estão localizados num mercado de dimensão significativa e cliente assíduo. Por outro lado, as microempresárias desta actividade têm cursos de formação na área e experiência profissional, normalmente obtida como trabalhadoras por conta de outrem.

Os rendimentos obtidos têm permitido alargar os negócios, melhorar o rendimento familiar e satisfazer os compromissos financeiros com o microcrédito.

Existe um factor positivo adicional, o negócio permite que os envolvidos se passem a integrar na economia formal e adquiram um estatuto e reconhecimento social que facilita de sobremaneira a integração no país de acolhimento.

A prestação de serviços domésticos

O facto de nas cidades haver cada vez menos tempo para as lides da casa, não haver dinheiro para empregadas domésticas e de os membros do agregado familiar trabalharem fora, tem levado a que vários serviços outrora feitos em casa tenham passado a pequenos negócios.

Estes negócios têm normalmente custos de estrutura baixos, mas necessitam uma publicitação constante e de ter vantagens comparativas pela forma como o serviço é prestado. Os serviços deslocam-se a casa dos Clientes tem tarifas competitivas e procuram ter clientes em zonas de proximidade uns dos outros.

Este género de micro-negócios têm-se vindo a desenvolver porque tem por trás necessidades reais e de uma grande parte da população, tem um custo de investimento reduzido e as pessoas que têm pedido microcrédito tem experiência no ramo e uma forte vertente comercial.

Os rendimentos permitem aumentar o número de empregados, o cativar mais máquinas e o diversificar os serviços, apostando na promoção junto aos clientes actuais para captar novos conhecidos nas suas zonas.

Comércio tradicional

O microempresário do comércio tradicional, normalmente com uma loja, tem tido sucesso quando tem factores de diferenciação que levam a rentabilizar as vendas e a cobrir os seus custos fixos com alguma margem de lucro.

Por exemplo, em vendas de roupas, fazendo das lojas uma sede mas alterando os canais de distribuição (feiras e eventos, envio por correio – venda por catálogo, lojas subcontratadas) ou os canais de produção (flexível em função da procura por subcontratação).

Outro exemplo em artigos informáticos, impressoras e outro material congénere, servindo-se da loja como "show-room" e dando assistência técnica personalizada e "in loco" no cliente.

Nos cafés e restaurantes, cobrindo serviços adicionais para aumentar as receitas, por exemplo "Happy Hour" nos dias de jogo de futebol transmitido no café com menus especiais, possibilidade de fazer serviços para casamentos ou aniversários, etc.

Sem pretender personalizar dei alguns exemplos de casos de sucesso reflectindo sobre situações concretas, mas não as mencionando isoladamente antes por conjunto.

O Microcrédito como medida de combate à exclusão social.

Em Portugal, como nas sociedades europeias o desemprego tornou-se num fenómeno de características estruturais e factor contributivo da exclusão social, principalmente nos meios urbanos onde a existência individual é muitas vezes ignorada por vizinhos e mesmo por familiares.

As alternativas de emprego podem ser pela criação de empregos por conta de outrem no sentido clássico, mesmo se por contratos a prazo, mas também pela criação de serviços ou actividades que possam funcionar como "outsorcing" prestado por trabalhadores independentes ou pela criação de micro-empresas que tenham um "nicho" de mercado e possibilitem o auto-emprego e mesmo também algum outro emprego.

A integração social também se pode fazer pelo assistencialismo em certos casos e contribuir para ela pelo auxilio ao desenvolvimento de competências a aplicar no futuro, mas só será um sucesso quando o indivíduo possa exercer uma actividade, obter um rendimento para uma vida com dignidade e um reconhecimento social.

O Microcrédito pretende ser apenas um instrumento para alcançar esse objectivo.

Luís Vasconcelos
Colaborador da ANDC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITO AO CRÉDITO

actividades

Núcleo Regional do Centro

Fórum "Oportunidades e Desafios na Deficiência"
23 de Março de 2007 – Instituto Politécnico da Guarda
28 de Março de 2007 - Centro de Estudos de Fátima

Objectivos

- Promover a participação de todos os actores sociais de acordo com os princípios do Plano Nacional de Acção para Inclusão e do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade;
- Promover o princípio da não descriminação no acesso aos direitos das pessoas com deficiência;
- Reforçar o "empowerment" das pessoas com deficiência que vivem em situação de pobreza e exclusão social;
- Promover o intercâmbio e partilha de experiências e práticas de intervenção ao nível do desenvolvimento local do território;
- Perspectivar a intervenção social dos Distritos que compõem o Núcleo Regional do Centro, mediante a apresentação de boas práticas na área da deficiência;
- Influenciar as políticas sociais na área da deficiência, através da apresentação de propostas concretas.

breves

Bibliografia

- Amaro, Rogério Roque (Coord.) (2006), " Empresas de Inserção em Portugal - Trajectórias Percorridas e Caminhos para o Futuro", Lisboa: PROACT.
- Amaro, Rogério Roque (Coord.) (2005), "Mercado Social de Emprego - Análise de Alguns Pontos Críticos", Lisboa: MSE / PROACT.
- Namorado, Rui (2006) "Os quadros Jurídicos da Economia Social - Uma Introdução ao caso Português", Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Monzón, José Luís (2006), "O Âmbito da Economia Social e a sua Contribuição para a Bem Estar na Europa e no Mundo", Universidade da Valência

Publicações REAPN

- Castro, José L.; Marques, Ana Sofia (2000),"MODELAR: Modelos de Formação e Inserção Sócio-Profissional de Pessoas Desfavorecidas Dimensão e Tipologia", Porto: REAPN.
- Economia Social e o Terceiro Sector em Portugal: delimitação, estudos e projectos (2004), Porto: REAPN.
- Directório "As Empresas de Inserção em Portugal" (2005).
- "O Mercado Social de Emprego e outras Medidas de Apoio à Criação de Emprego" (2005).

Outras Publicações

- "5 anos de acção criando emprego e inclusão" (1996 - 2001), Mercado Social de Emprego.
- Relatório de Actividades 1996 - 2000, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Plano Nacional para o Emprego 1996 - 2006, Ministério do Trabalho e da Segurança Social - Direcção Geral de Estudos Estatística e Planeamento (DGEEP).
- "Iniciativas de Mulheres: empreender, realizar, concretizar sonhos" (2000), Solidários.

Sites

Mercado Social de Emprego: *www.mse.gov.pt*

Instituto do Emprego e Formação Profissional: *www.iefp.pt*

Acordo de cooperação IEFP-REAPN: *www.iefp.reapn.org*

União das Misericórdias Portuguesas - Mercado Social de Emprego: *www.mse.ump.pt*

Associação Nacional de Direito ao Crédito: *www.microcredito.com.pt*

International Association of Investors in the Social Economy: *www.inaise.org*

Aliança para um Mundo Responsável, Plural e Solidário: *http://socioeco.org*

Recursos sobre dinheiro e modelos alternativos/inovadores: *www.transaction.net*

Instituto para o Fomento e Desenvolvimento do Empreendedorismo em Portugal: *www.ifdep.pt*

Agência para o Empreendedorismo em Portugal: *www.agep.pt/public/pt/home.htm*

Agência Portuguesa para o Investimento: *www.investinportugal.pt*

Agência de Inovação: *www.adi.pt*

Associação Nacional de Jovens Empresários: *www.anje.pt*

Latitude 0: *www.latitude0.net*

Cores do Globo: *http://coresdoglobo.org/*